

COMPONENTES CUSTO FIXO 01 - MÃO DE OBRA

1 INFORMAÇÕES DO CONTRATO

TEMPO DE CONTRATO

MÊS

6

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	V. UNT	V. TOTAL
------	-----------	------	-------	--------	----------

1 SALÁRIOS BASE

1.1	Salário Motorista	Mês	1		
1.2	Salário Monitor	Mês	1		

2 EXAMES

2.1	Admissional / Demissional	Un	2		
2.2	Hemograma completo	Un	1		
2.3	Glicemia	Un	1		
2.4	Acuidade Visual	Un	1		
2.5	Audiometria	Un	1		
2.6	Eletroencefalograma EEG	Un	1		
2.7	Eletrocardiograma EDG	Un	1		
2.8	Espirometria	Un	1		
2.9	Avaliação Psicológica	Un	1		
2.10	RX da Coluna	Un	1		
TOTAL					R\$ -
VALOR MENSAL					R\$ -

3 TREINAMENTOS

3.1	Curso de especialização em transporte de escolares	Un	1		
3.2	Curso nr 06	Un	1		
TOTAL					R\$ -
VALOR MENSAL					R\$ -

4 EPI

4.1	Crachá, pvc rígido, com foto e impressão colorida, e cordão.	Un	1		
4.2	Calça de brim - com faixa refletiva	Un	2		
4.3	Jaleco de brim - com faixa refletiva	Un	2		
4.4	Camisa manga longa de meia	Un	2		
4.5	Bota de couro	Par	1		
4.6	Colete refletivo	Un	1		
4.7	Capa de chuva	Un	1		
TOTAL					R\$ -
VALOR MENSAL					R\$ -

5 VALE TRANSPORTE / ALIMENTAÇÃO

5.1	Café	Dia	30		
5.2	Almoço	Dia	30		
5.3	Jantar	Dia	30		
TOTAL					R\$ -
VALOR MENSAL					R\$ -

6 OUTROS

6.1	Vale transporte dois trechos	Dia	20		
6.2	Cesta básica	Mês	1		
6.3	Plano de Saúde	Mês	1		
6.4	Seguro de Vida	Mês	1		
TOTAL					R\$ -
VALOR MENSAL					R\$ -

7 ENCARGOS SOCIAIS

Código	Descrição	Valor
A1	INSS	
A2	SESI	
A3	SENAI	
A4	INCRA	
A5	SEBRAE	
A6	Salário educação	
A7	Seguro contra acidentes de trabalho	
A8	FGTS	
A	SOMA GRUPO A	
B1	Férias e Adicional de Férias	
B2	13º salário	
B3	Licença Paternidade	
B4	Faltas justificadas	
B5	Auxílio acidente de trabalho	
B6	Auxílio doença	
B	SOMA GRUPO B	
C1	Aviso prévio indenizado	
C2	Férias indenizadas	
C3	Férias indenizadas s/ aviso previo inden.	
C4	Depósito rescisão sem justa causa	
C5	Indenização adicional	
C	SOMA GRUPO C	
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	
D2	Reincidência de FGTS sobre aviso prévio indenizado	
D	SOMA GRUPO D	
	SOMA (A+B+C+D)	

7 VENCIMENTOS

1.1	Salário Motorista	Mês	1,00	R\$	-	R\$	-
1.2	Salário Monitor	Mês	1,00	R\$	-	R\$	-

1 **INFORMAÇÕES DO CONTRATO**

- 1.1 Veículo: Ônibus - Lote 0
- 1.2 Ano de Fabricação:
- 1.3 Quilometragem média percorrida no dia:
- 1.4 Dias letivos no mês:
- 300
- 26

2 **CUSTOS FIXOS**

2.1	CUSTO DE CAPITAL E DEPRECIÇÃO	Valor
2.1.1	Valor Médio de venda Ônibus	
2.1.2	Valor da Depreciação anual %	
2.1.3	Valor da Depreciação anual R\$	
2.1.4	Valor a Depreciar no mês	
2.1.5	Km média Percorrida no Mês - 26d*90km	
	Custo de Depreciação por km	
2.2	CUSTOS DIVERSOS	
2.2.1	IPVA do Veículo	
2.2.2	DPVAT	
2.2.3	Seguro Resp. Civil e Casco	
2.2.3	Seguro de Terceiros	
2.2.4	Rendimento mensal sobre o capital	
	Custo Mensal com taxas e emolumentos	

3 **CUSTOS VARIÁVEIS**

3.1	COMBUSTÍVEL	
3.1.1	Preço Do Litro Combustível	
2.1.2	Média Consumida KM/Litro	
	Custo Diesel por km	
3.2	LUBRIFICANTES	
3.2.1	Preço do Litro Lubrificante (um litro)	
3.2.2	Total na Troca - 06 Litros	
3.2.3	Km Rodados com 1 Troca	
	Custo do Lubrificante por km	
3.3	PNEUS DE RODAGEM	
3.3.1	Preço do Pneu utilizado (unitário)	
3.3.2	Qtd. Pneus Rodando	
3.3.3	Total na Troca	
3.3.4	Vida útil do Pneu por KM	
	Custo dos Pneus de rodagem por km	
3.4	MANUTENÇÃO DO VEÍCULO	
3.4.1	Custo de Manutenção por mês	
	Custo da Manutenção por km	

LOTE 01

ITEM	KM DIA	MÃO-OBRA DIA	CUSTO VEÍCULO KM	CUSTO VEÍCULO DIA	CUTOS TOTAL	VALOR DO DIA
1	480,00	-			0,00	-
2	300,00	-			0,00	-
3	300,00	-			0,00	-
4	300,00	-			0,00	-
5	300,00	-			0,00	-
6	300,00	-			0,00	-
7	300,00	-			0,00	-
8	300,00	-			0,00	-

LOTE 02

ITEM	KM DIA	MÃO-OBRA DIA	CUSTO VEÍCULO KM	CUSTO VEÍCULO DIA	CUTOS TOTAL	VALOR DO DIA
1	96	-			0,00	-
2	100	-			0,00	-
3	60	-			0,00	-
4	120	-			0,00	-
5	100	-			0,00	-
6	148	-			0,00	-
7	210	-			0,00	-
8	72	-			0,00	-
9	72	-			0,00	-
10	72	-			0,00	-
11	72	-			0,00	-
12	52	-			0,00	-
13	184	-			0,00	-
14	45	-			0,00	-
15	200	-			0,00	-
16	40	-			0,00	-

LOTE 03

ITEM	KM DIA	MÃO-OBRA DIA	CUSTO VEÍCULO KM	CUSTO VEÍCULO DIA	CUTOS TOTAL	VALOR DO DIA
1	300	-			0,00	-
2	45	-			0,00	-
3	60	-			0,00	-
4	160	-			0,00	-
5	52	-			0,00	-
6	50	-			0,00	-
7	80	-			0,00	-
8	177	-			0,00	-
9	180	-			0,00	-
10	180	-			0,00	-
11	48	-			0,00	-
12	60	-			0,00	-
13	60	-			0,00	-
14	180	-			0,00	-
15	160	-			0,00	-

16	60	-			0,00	-
17	60	-			0,00	-
18	132	-			0,00	-
19	114	-			0,00	-
20	114	-			0,00	-
21	52	-			0,00	-
22	90	-			0,00	-
23	36	-			0,00	-
24	80	-			0,00	-
25	78	-			0,00	-
26	54	-			0,00	-
27	80	-			0,00	-

LOTE 04

ITEM	KM DIA	MÃO-OBRA DIA	CUSTO VEÍCULO KM	CUSTO VEÍCULO DIA	CUTOS TOTAL	VALOR DO DIA
1	120				0,00	-
2	120				0,00	-
3	126				0,00	-
4	120				0,00	-
5	80				0,00	-
6	82				0,00	-
7	92				0,00	-
8	51				0,00	-
9	51				0,00	-
10	45				0,00	-
11	45				0,00	-
12	72				0,00	-
13	84				0,00	-



**SINDESPESPECIAL
MANAUS-AM**

Sindicato dos Trabalhadores
do Transporte Especial

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE
TRANSPORTES ESPECIAL, TURISMO, FRETAMENTO, ESCOLAR E LOCADORAS DE
VEÍCULOS DO ESTADO DO AMAZONAS
Fundado em 09 de janeiro de 1995
CNPJ 00.408.881/0001-21

CUT BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025 / 2026

Que entre si celebram, **SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TRANSPORTES ESPECIAL, TURISMO, FRETAMENTO, LOCADORAS E CARROS DE VALORES INTERMUNICIPAL DE MANAUS**, com sede nesta cidade, à Rua Leopoldo Carpinteiro Peres, nº. 83- B - Bairro Petrópolis, Entidade Sindical representativa da categoria profissional, neste ato, representada por seu Diretor-Presidente, o Senhor **JOSILDO DE OLIVEIRA SILVA**, brasileiro, casado, motorista, portador de RG nº. 8747512 SSP/AM e inscrito no CPF sob o nº. 345.114.402-63; e **SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS POR FRETAMENTO, TURISMO, RODOVIÁRIOS INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL DO ESTADO DO AMAZONAS**, sediado nesta cidade, neste ato representado pelo seu Presidente Senhor **DEMILÇO VALDEMAR VIVIAN**, brasileiro, casado, empresário, portador de RG nº. 1068216-3 SSP/AM e inscrito no CPF sob o nº. 423.722.329-91, na forma estatutária em vigor, firmam a presente Convenção Coletiva de Trabalho, envolvendo matéria relativa às relações de trabalho das categorias profissional e econômica aqui representada, na base representativa do município de Manaus (AM), nos termos e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – VIGÊNCIA – A presente convenção coletiva de trabalho vigorará de 01 de setembro de 2025 até o dia 31 de agosto de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – A partir de 01 de setembro de 2025 até 31 de agosto de 2026, a Convenção Coletiva de Trabalho passará a vigorar com as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA TERCEIRA – ABRANGÊNCIA – A presente Convenção Coletiva de Trabalho, abrangerá a todos os trabalhadores associados ou não ao Sindicato Obreiro conforme cadastro ativo de representação no Ministério do Trabalho (anexo) e da Federação Obreira dentro de sua base representativa vinculados às Empresas de Transportes de Passageiros por fretamento, representadas pelo SIFRETAM e/ou que atuam na área de jurisdição do referido Sindicato Patronal, com abrangência territorial em Manaus/AM.

Rua Leopoldo Carpinteiro Peres, nº83-B, Petrópolis - Manaus - Amazonas.

Fone: 3233 - 0957 ou 3633 - 2373 CEP. 69063-510

E-mail: sindicato.especial@gmail.com



**SINDESPESPECIAL
MANAUS-AM**

Sindicato dos Trabalhadores
do Transporte Especial

SÍNDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE
TRANSPORTES ESPECIAL, TURISMO, FRETAMENTO, ESCOLAR E LOCADORAS DE
VEÍCULOS DO ESTADO DO AMAZONAS
Fundado em 08 de janeiro de 1995
C.N.P.J. 00.408.681/0001-21

CUT BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE SALARIAL – Fica garantido, a partir de 01 de setembro de 2025 até o dia 31 de agosto de 2026, a todos os trabalhadores abrangidos pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, os seguintes pisos salariais, para os cargos abaixo discriminados:

- | | |
|---|--------------|
| a) Motorista de carro pesado | R\$ 2.954,00 |
| b) Motorista executivo | R\$ 2.212,00 |
| c) Motorista de carro leve | R\$ 2.212,00 |
| d) Mecânico, Pintor, Eletricista, Lanterneiro, Borracheiro de Auto e Técnico e Refrigeração | R\$ 2.819,00 |

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Fica garantido, a partir de 1º de setembro de 2025 a 31 de agosto de 2026, para os trabalhadores que recebem um salário mínimo e aos demais não mencionados acima, um reajuste de **5,30% (cinco vírgula trinta por cento)** sobre o respectivo salário vigente em 01 de setembro de 2025. Na ocorrência de reajuste do valor do salário mínimo nacional, haverá a correspondente correção para aqueles que percebem referido valor a partir da data da alteração.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Para o fim previsto nesta cláusula, considera-se:

a) Carro Pesado – o veículo para transporte de passageiros que tenha a lotação acima de 21 (vinte e um) lugares; incluso também nesta categoria o motorista de transporte escolar e locadoras de veículos.

b) Carro Leve – o veículo para transporte de passageiros que tenha a lotação máxima de até 21 (vinte e um) lugares; incluso também nesta categoria o motorista de transporte escolar e locadoras de veículos.

c) Carro Executivo – Automóveis em geral e utilitários como Fiat Doblo, Fiat Ducato, Fiat Idea, Sprinter, Vans, S-10, Toyota Hilux, Viaturas Policiais, Ambulâncias, ou similares e ainda, outros veículos similares que vierem a ser produzidos, quando utilizado na forma do parágrafo terceiro da presente cláusula.

PARÁGRAFO TERCEIRO – MOTORISTA EXECUTIVO – O presente parágrafo é aplicável a(s) categoria(s) que atendem a prestação de serviços de motorista junto aos órgãos públicos Estaduais, Municipais, Federal e de Empresa de economia mista como Petrobrás, Infraero e Correios, com abrangência territorial em Manaus/AM, sendo que a este será garantido o Salário do Motorista de Carro Leve.

PARÁGRAFO QUARTO – MOTORISTA PRESTADOR DE SERVIÇO - As empresas prestadoras de serviços ou terceirizadas, nos contratos ou serviços de transporte especial, turismo, fretamento firmados com Órgãos Públicos (Fundação, Autarquia, Sociedade de



**SINDESPECIAL
MANAUS-AM**

Sindicato dos Trabalhadores
do Transporte Especial

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE
TRANSPORTES ESPECIAL, TURISMO, FRETAMENTO, ESCOLAR E LOCADORAS DE
VEÍCULOS DO ESTADO DO AMAZONAS
Fundado em 09 de janeiro de 1997
C.N.P.J 00.408.681/0001-21

CUT BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

Economia Mista, Secretaria de Governo Federal, Estadual ou Municipal, etc.) e/ou Empresas Privadas, e/ou Pessoas Físicas em que forem utilizados motoristas, o valor a ser pago aos motoristas a título de piso salarial, deverá obedecer ao piso estabelecido para referida categoria (motorista) prevista na cláusula quarta desta Convenção Coletiva de Trabalho.

PARÁGRAFO QUINTO – Fica garantido a categoria diferenciada (Mecânico de Auto, Pintor de Auto, Eletricista de Auto, Lanterneiro de Auto e Borracheiro de Auto) a irredutibilidade de salários aos que já recebem valores superiores ao piso previsto na presente convenção coletiva.

CLÁUSULA QUINTA – DA JORNADA DE TRABALHO – A jornada de trabalho na vigência desta Convenção será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, facultado às empresas, em razão da peculiaridade dos serviços, o acréscimo diário de até 02 (duas) horas extras, devendo remunerá-las com acréscimo de 50% (cinquenta) por cento do valor da hora normal, nos termos da legislação vigente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Para efeito de cálculo das horas extraordinárias, deverá ser observado o que determina a Súmula 60 do TST.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A duração normal do trabalho será de 8 (oito) horas diárias e poderá ser dividida em no máximo 3 (três) turnos. O intervalo para repouso, alimentação e descanso entre os turnos deverá ser de no mínimo de 1 (uma) hora e poderá ser prolongado em, no máximo 8 (oito) horas.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O horário de trabalho tem início 15 (quinze) minutos após a saída do trabalhador de sua residência ou pelo ingresso do primeiro passageiro no veículo, alternativamente o evento que ocorrer em primeiro lugar; e término com a saída do último passageiro ao final do itinerário previamente estabelecido. Essa diretiva refere-se apenas aos trabalhadores que utilizam veículos de propriedade das empresas no deslocamento residência-trabalho-residência.

PARÁGRAFO QUARTO – O período de descanso entre uma jornada de trabalho e outra será de, no mínimo, 8 (oito) horas consecutivas, e as horas remanescentes, que integralizarão as 11 horas interjornadas, serão gozadas consecutivamente dentro das 16 horas subsequentes ao fim do primeiro período, conforme disposição do artigo 235-C, § 3º da CLT. Salvo A.C.T. firmado com o Sindicato Obreiro.

PARÁGRAFO QUINTO – As horas suplementares somente poderão ser prestadas e exigidas em período imediatamente subsequente ao término do primeiro turno de trabalho ou imediatamente antecedente ao início do segundo turno de trabalho ou do terceiro turno, conforme o caso, de modo que o intervalo de interjornada não sofra redução para período inferior a 8 (oito) horas consecutivas, conforme preceito do parágrafo quarto desta cláusula.

[Handwritten signature]



**SINDESPECIAL
MANAUS-AM**

Sindicato dos Trabalhadores
de Transporte Especial

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE
TRANSPORTES ESPECIAL, TURISMO, FRETAMENTO, ESCOLAR E LOCADORAS DE
VEÍCULOS DO ESTADO DO AMAZONAS
Fundado em 09 de Janeiro de 1993
CNPJ 00.408.682/0001-21

CUT BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

PARÁGRAFO SEXTO – Descanso semanal remunerado de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, preferencialmente aos domingos, sem embargo, sobreposição ou acumulação com o intervalo entre duas jornadas de trabalho de, no mínimo, 8 (oito) horas consecutivas.

PARÁGRAFO SÉTIMO – As Empresas pagarão as horas extras de seus funcionários que trabalharem nos dias de folga e feriados à razão de 100% (cem por cento) sobre a hora normal.

PARÁGRAFO OITAVO – O repouso semanal remunerado deverá coincidir, pelo menos uma vez no período máximo de 3 (três) semanas, com o domingo (Lei n.º 10.101, art. 6.º, parágrafo único).

PARÁGRAFO NONO – Desde que comprovada a necessidade e devidamente justificada, fica assegurado ao empregado uma tolerância semanal de até 15 (quinze) minutos de atrasos, em relação ao horário normal de entrada no trabalho, não se podendo, entretanto, verificar atrasos consecutivos do mesmo empregado.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Fica convencionado que o conteúdo desta cláusula e seus parágrafos decorrem da realidade e da natureza das atividades das empresas envolvidas que exploram o transporte de empregados do Distrito Industrial, entre os seus vários turnos de trabalho e demais órgãos Estaduais, Municipais, Federais e de Economia Mista de Manaus.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Nos intervalos de que tratam os parágrafos sexto da presente cláusula, a empresa, por sua liberalidade e a título de benefício, desde que garanta de outra forma o deslocamento gratuito do empregado, poderá oferecer veículo para deslocamento do motorista para sua residência, não constituindo, no entanto, como período à disposição.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – As empresas se comprometem em envidar esforços para, em conjunto com o Sindicato Obreiro, verificar a viabilidade de redução da jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais para 42 (quarenta e duas) horas semanais.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Os Motoristas que sejam alocados para prestarem serviços sobre o regime de Confinado ou Embarcado (tais como os prestados na base petrolífera do município de Urucu), poderão trabalhar em regime de revezamento de 1x1 dia (Sistema de um dia de folga para cada dia de trabalho), com jornada de trabalho de 12 (doze) horas, com intervalo para alimentação, sendo que o período de permanência, em cada embarque será de 14 (quatorze) dias corridos. Fica garantido aos motoristas que prestam serviços sobre o regime de Confinamento ou Embarcado (tais como os prestados na base petrolífera do município de Urucu), a percepção de adicional de periculosidade de 30%.

a) Será considerado como confinado ou embarcado, o motorista que seja destacado para prestar serviço em localidade regional diferente da localização da sede da empresa e/ou longe de seu domicílio, que devido à necessidade da operacionalização, não lhe permita o retorno diário para sua residência.



**SINDESPECIAL
MANAUS-AM**

Sindicato dos Trabalhadores
do Transporte Especial

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE
TRANSPORTES ESPECIAL, TURISMO, FRETAMENTO, ESCOLAR E LOCADORAS DE
VEÍCULOS DO ESTADO DO AMAZONAS
Fundado em 09 de janeiro de 1995
C.N.P.J 00.408.681/0001-21

CUT BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

b) Os motoristas alocados para prestarem serviços sob o regime de Confinado ou Embarcado, trabalharão por um período contínuo com prazo máximo de 14 (quatorze) dias consecutivos no mês dentro do limite de horas diárias estabelecidas no parágrafo décimo terceiro da cláusula quinta.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – ESCALA DE REVEZAMENTO – As empresas poderão adotar escalas diferenciadas para seus empregados, aplicando-se jornada de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso, consoante enunciado contido no art. 59-A da CLT.

CLÁUSULA SEXTA – DO AUXÍLIO CESTA BÁSICA – A partir de 01 de setembro de 2025, as empresas pagarão a todos os seus funcionários associados ao SINDESPECIAL, incluindo os que estiverem em gozo de férias, o auxílio cesta básica no valor de R\$ 503,00 (quinhentos e três reais) mensais, cujo fornecimento do auxílio será em cartão alimentação ou similar, sendo facultado às empresas o desconto de no máximo R\$ 1,00 (um real). Ademais, ficam facultadas as empresas, por liberalidade, adicionar valores aos empregados, a título de premiação ou gratificação, sendo facultadas às empresas o desconto de no máximo R\$ 1,00 (um real). Fica facultada às empresas pagarem aos trabalhadores não associados ao sindicato obreiro a cesta básica acima citada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Fica garantido também por um período máximo de até 90 (noventa) dias o referido auxílio aos trabalhadores que se encontrarem afastados a partir de 01 de setembro de 2025 por motivo de acidente de trabalho e ou auxílio doença.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Sobre o auxílio cesta básica de que trata o *caput*, não incidirá nenhum encargo, seja social, fiscal ou previdenciário.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Fica garantido que os referidos valores de auxílio cesta básica deverá ser repassada aos trabalhadores no mesmo dia do pagamento do vale (adiantamento), não podendo ultrapassar o dia 20 (vinte) de cada mês.

PARÁGRAFO QUARTO – É facultado às empresas efetuarem o desconto de no máximo R\$ 1,00 (um real) sobre o valor total do auxílio cesta básica.

PARÁGRAFO QUINTO – As empresas concederão até o dia 01 do mês de maio de 2026 a todos os seus empregados associados ao SINDESPECIAL, ativos e de benefício previdenciário uma CESTA SINDICAL DO DIA DO TRABALHADOR, correspondente ao valor de R\$ 169,00 (cento e sessenta e nove reais), podendo ser paga em cartão recarregável eletronicamente com acesso em toda rede de supermercado, sendo facultado às empresas o desconto de no máximo R\$ 1,00 (um real). Fica facultada às empresas pagarem aos trabalhadores não associados ao sindicato obreiro a cesta do trabalhador acima citada.



**SINDESPECIAL
MANAUS-AM**

Sindicato dos Trabalhadores
do Transporte Especial

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE
TRANSPORTES ESPECIAL, TURISMO, FRETAMENTO, ESCOLAR E LOCADORAS DE
VEÍCULOS DO ESTADO DO AMAZONAS
Fundado em 09 de janeiro de 1993
C.N. P.J. 00.408.681/0001-21

CUT BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

CLÁUSULA SÉTIMA – AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO – As empresas fornecerão aos trabalhadores o valor de **R\$ 21,00** (vinte e um reais), por dia útil trabalhado a título de auxílio-alimentação, desde que o colaborador/trabalhador esteja a serviço na sede da empresa em jornada contínua.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Para os motoristas de carro executivo com lotação máxima de 16 pessoas, o valor do referido auxílio será de **R\$ 36,00** (trinta e seis reais), independente se o trabalhador/colaborador esteja a serviço na sede da empresa em jornada contínua. Sendo facultado as empresas o desconto de no máximo R\$ 1,00 (um real) mensal.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As empresas concederão aos motoristas de carro pesado, leve e executivo, a título de **auxílio-refeição**, o valor mensal de **R\$ 165,00 (cento e sessenta e cinco reais)**, facultado às empresas efetuar o desconto de até R\$ 1,00 (um real) por mês, a título de coparticipação do motorista. O referido benefício será devido exclusivamente aos motoristas de carro pesado, leve e executivo que se encontrem em efetivo exercício de suas atividades laborais, não sendo pago durante férias, afastamentos previdenciários, licenças, faltas, suspensões ou quaisquer outras hipóteses que o motorista esteja afastado da empresa.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O fornecimento do auxílio-alimentação deverá ser em cartão de auxílio-alimentação ou similar e o fornecimento do auxílio-refeição deverá ser em cartão de auxílio-refeição.

PARÁGRAFO QUARTO – Quando o contratante tomador fornecer a alimentação ou a empresa fornece a refeição no local, ficará desobrigado do fornecimento do auxílio-alimentação, com exceção ao motorista executivo acima mencionado.

CLÁUSULA OITAVA – DO CONTRATO TEMPORÁRIO – As empresas pertencentes à categoria profissional representada pelo **SIFRETAM**, poderão instituir o **CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO POR PRAZO DETERMINADO**, na forma prevista na Lei nº. 9.601 de 21 de janeiro de 1998.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A admissão deverá representar acréscimo no número de empregados, sendo vedada à contratação para substituição de pessoal regular por pessoal contratado por prazo determinado.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O número de empregados a serem contratados deverá observar o máximo permitido pela legislação vigente.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As empresas abrangidas por esta convenção, para se utilizarem do **CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO**, deverão celebrar junto com o Sindicato Obreiro, o seu próprio **ACORDO COLETIVO** obedecendo às normas gerais aqui instituídas.

CLÁUSULA NONA – DA PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS DA EMPRESA – As Empresas se comprometem em envidar esforços para, em conjunto com o Sindicato Obreiro, viabilizar a participação dos empregados nos **LUCROS e/ou RESULTADOS**.

Rua Leopoldo Carpinheiro Péres, nº83-B. Petrópolis - Manaus – Amazonas.

Fone: 3233 - 0957 ou 3633 - 2373 CEP. 69063-510

E-mail: sindicato.especial@gmail.com

Handwritten signature and initials.



**SINDESPCIAL
MANAUS-AM**

Sindicato dos Trabalhadores
de Transporte Especial

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE
TRANSPORTES ESPECIAL, TURISMO, FRETAMENTO, ESCOLAR E LOCADORAS DE
VEÍCULOS DO ESTADO DO AMAZONAS
Fundado em 09 de Janeiro de 1995
C.N. 72.00.408-681/0001-23

CUT BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CRACHÁ FUNCIONAL – As Empresas que exigirem de seus funcionários a utilização do **CRACHÁ FUNCIONAL**, ficarão na obrigação de fornecê-lo gratuitamente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO TRANSPORTE DOS EMPREGADOS – Fica garantido que as empresas fornecerão transportes, gratuito, para o deslocamento de seus empregados (transporte próprio ou Passe-Livre) ou concederão vale-transporte na forma da lei.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As empresas poderão de comum acordo com os funcionários conceder cartão vale-combustível em troca do vale-transporte.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As empresas que concederem vale-transporte ou cartão vale-combustível estão facultadas a realizar o desconto de até 3% (três por cento), incidente sobre o salário base dos empregados.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As empresas que fornecerem transporte próprio, passe livre ou qualquer outro tipo de transporte gratuito aos empregados, estão desobrigados a conceder vale-transporte ao obreiro.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CARTEIRA DE TRABALHO – A CTPS será obrigatoriamente apresentada, contrarrecibo, pelo empregado à Empresa que o admitir, a qual disporá do prazo improrrogável de 5 (cinco) dias úteis, para nela anotar especificamente a data de admissão, salário e condições de trabalho, nos termos do art. 29 da CLT.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO VEÍCULO FORA DA SEDE – As Empresas que por necessidade de seus serviços deslocarem seus veículos para fora da sede com fins especiais e que ultrapassarem o limite legal das 44 (quarenta e quatro) horas semanais, deverão remunerar as horas extraordinária com acréscimo de 50% (cinquenta por cento). E aos domingos e feriados com acréscimo de 100% (cem por cento).

PARÁGRAFO ÚNICO – As despesas decorrentes de estadia e alimentação serão pagas a título de ressarcimento ao trabalhador, mediante a apresentação de comprovante de gastos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA COMPRA DE MEDICAMENTOS – As empresas manterão convênio com farmácia, onde seus funcionários poderão comprar medicamentos, no valor de até 30% (trinta por cento) de seus respectivos salários mensais e que serão descontados em folha de pagamento ou em rescisão contratual, se for o caso.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para que as compras sejam efetuadas, os funcionários deverão solicitar a requisição de compras junto ao Departamento de Pessoal da Empresa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO SEGURO DE VIDA - Na ocorrência de morte ou invalidez, a Empresa pagará aos dependentes no primeiro caso, ou ao próprio empregado, na segunda hipótese, um seguro, nos seguintes valores:



**SINDESPERIAL
MANAUS-AM**

Sindicato dos Trabalhadores
do Transporte Especial

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE
TRANSPORTES ESPECIAL, TURISMO, TRATAMENTO ESCOLAR E LOCADORAS DE
VEÍCULOS DO ESTADO DO AMAZONAS
Fundado em 09 de Janeiro de 1993
C.N.P.J. 00.408.681/0001-21

CUT
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES
BRASIL

- a) Morte por acidente de trabalho: 50 salários mínimos vigentes à época do óbito;
- b) Morte por doença ocupacional do trabalho: 40 salários mínimos vigentes à época do óbito;
- c) Invalidez total: 30 salários mínimos vigentes à época do fato em que resultou na incapacidade;
- d) Invalidez parcial: 15 salários mínimos vigentes à época do fato em que resultou na incapacidade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Na hipótese das alíneas “c” e “d” desta cláusula, o empregado só terá direito à indenização em referência, se este for decorrente de acidente do trabalho ou de doença ocupacional do Trabalho, aplicando-se a norma previdenciária como parâmetro de interpretação da cláusula em voga.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A determinação de invalidez e de seu grau obedecerá à norma previdenciária.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As Empresas que mantêm planos de seguro de vida, plano de benefícios complementar ou assemelhados à Previdência Social, sem ônus para o empregado, estão isentas do cumprimento desta cláusula.

PARÁGRAFO QUARTO – Não serão devidas as indenizações previstas na cláusula décima quinta, caso a morte ou a invalidez do obreiro não tenha relação com o trabalho desempenhado pelo empregado ou não tenha ocorrido durante a jornada do labor, hipóteses estas em que as empresas estarão isentas do cumprimento desta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO AUXÍLIO FUNERAL – A empresa concederá, em caso de falecimento de empregado, um auxílio-funeral equivalente a 02 (dois) salários mínimos, benefício este sem qualquer natureza salarial, não se estendendo o referido benefício aos seus dependentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O auxílio funeral será pago em até 10 (dez) dias após a apresentação do atestado de óbito, a mesma pessoa que for a beneficiária do falecido junto a Previdência Social.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Quando a empresa custear a despesa do funeral, ficará desobrigada pelo pagamento do auxílio previsto no *caput* desta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO UNIFORME – As Empresas que adotarem e exigirem o uso de uniformes fornecerão gratuitamente aos seus empregados, em quantidade de 04 (quatro) uniformes (camisas), por ano, ficando com estes a responsabilidade dos cuidados com os mesmos, bem como a sua devolução quando da troca ou em caso de desligamento.



**SINDESPESPECIAL
MANAUS-AM**

Sindicato dos Trabalhadores
do Transporte Especial

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE
TRANSPORTES ESPECIAL, TURISMO, FRETAMENTO ESCOLAR E LOCADORAS DE
VEÍCULOS DO ESTADO DO AMAZONAS
Fundado em 09 de janeiro de 1995
CNPJ 00.408.681/0001-21

CUT
BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO QUADRO DE AVISO – As Empresas colocarão à disposição do Sindicato Obreiro um espaço no quadro de avisos para afixação de matérias e informações de interesse da categoria, desde que não haja agressões à Empresa, incumbindo estas de providenciar a colocação do quadro no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO ATESTADO MÉDICO – Serão acolhidos, desde que apresentados a Empresa no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a expedição, para efeito de justificação e abono de faltas e atrasos, os atestados médicos e odontológicos expedidos pelo INSS, SEST, SUS, profissionais do Sindicato Obreiro e do plano de saúde fornecido pelo empregador.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO MOTORISTA À DISPOSIÇÃO NA GARAGEM - Se o empregado comparecer no horário pré-determinado e não trabalhar por motivos alheios a sua vontade, ser-lhe-á garantida a percepção integral do salário, desde que haja permanecido no interior da garagem até o fim da jornada de trabalho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA INSALUBRIDADE / PERICULOSIDADE – Os empregados que trabalham em locais insalubres e perigosos devidamente reconhecidas ou que contenham substâncias perigosas, farão jus ao Adicional de Insalubridade ou Periculosidade cujo pagamento será feito na forma da Lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO REGISTRO DE PONTO – O registro de ponto dos empregados, deverá ser feito por relógio ou outro tipo de controle apropriado para esse fim, no início e no final de cada jornada de trabalho, bem como nos intervalos para alimentação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO COMPROVANTE DE PAGAMENTO – As Empresas fornecerão obrigatoriamente, comprovante de todos os pagamentos efetuados aos empregados com discriminação das horas trabalhadas e horas extras, de todos os títulos que acompanham a remuneração, importâncias pagas e descontadas, contendo identificação das importâncias descontadas, o nome da Empresa e valor do FGTS a ser recolhido.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO ADICIONAL NOTURNO – Todos os empregados que trabalharem no horário noturno, na forma da Lei, terão direito ao Adicional Noturno à proporção de 20% (vinte por cento), sobre o valor da hora normal, conforme preceitua a Legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA MULTA – Ressalvados os casos motivados por força maior, às partes que violarem qualquer uma das cláusulas e parágrafos da presente CCT estarão sujeitas a multa de 1(um) salário do motorista de carro leve por infração, sendo revertido a favor da entidade representativa da parte prejudicada, independente da obrigação de fazer.



**SINDESPECIAL
MANAUS-AM**

Sindicato dos Trabalhadores
do Transporte Especial

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE
TRANSPORTES ESPECIAL, TURISMO, FRETAMENTO, ESCOLAR E LOCADORAS DE
VEÍCULOS DO ESTADO DO AMAZONAS
Fundado em 05 de janeiro de 1995
C.N.P.J. 00.408.681/0001-11

CUT BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

PARÁGRAFO ÚNICO – A presente multa não se aplica em relação às cláusulas para as quais a legislação estabeleça penalidade ou àquelas que, já tragam no seu próprio bojo punição pecuniária.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – Fica convencionado que todas as empresas de transporte especial que descumprirem os termos das condições da presente Convenção Coletiva de Trabalho poderão sofrer sanções perante o Ministério Público do Trabalho e à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Amazonas, em razão do reconhecimento Constitucional do privilégio da negociação coletiva como fonte do direito autônomo entre as partes pactuantes, conforme inteligência do acórdão proferido no Recurso de Revista do processo nº TST-RR-81200-81.2008.5.11.0013, já transitado em julgado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DA CARTA DE RECOMENDAÇÃO – Fica estabelecida que as Empresas não exijam carta de recomendação para admissão de funcionários e nem são obrigadas a fornecê-las.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DA GARANTIA DAS RESCISÕES – A quitação de rescisão de contrato e a entrega ao empregado de documentos que comprovem a comunicação da extinção contratual aos órgãos competentes, deverão ser efetuados em até dez dias contados a partir do término do contrato. Poderão as empresas homologar as rescisões dos contratos de trabalho dos seus empregados no horário de expediente do SINDICATO, ou seja, das 09h00min às 12h00min e de 14h00min às 16h00min, de segunda a sexta-feira, devendo apresentar os seguintes documentos: TRCT em cinco vias; aviso ou pedido de dispensa ou carta de dispensa; cópia das 02 (duas) últimas GR do FGTS ou comprovação de pagamento na rescisão se estiver em atraso e ainda entrega da CD – Comunicação Seguro Desemprego e exame médico demissional.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Quando a empresa se apresentar para pagar as verbas rescisórias, nos dias de sexta-feira e dias que antecedem feriados, só poderão efetuá-las em cheque até às 12 (doze) horas sendo que, as homologações nestes dias, após 12h00min, só poderão ser efetuadas em espécie.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Será obrigatória a realização do exame demissional o qual deverá acompanhar os documentos relativos à rescisão.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Fica garantido por força desta C.C.T., o pagamento da rescisão de contrato de trabalho com a média de horas extras, isto é, quando o mesmo tiver feito horas extras durante os últimos 12 (doze) meses.

PARÁGRAFO QUARTO – Se por qualquer motivo, o empregado criar obstáculo para a rescisão do seu contrato, tal fato deverá ser imediatamente comunicado ao Sindicato Obreiro, e em caso de negativa de recebimento, deverão os valores ser depositados na Justiça do Trabalho, conforme preceitua a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).



**SINDESPECIAL
MANAUS-AM**

Sindicato dos Trabalhadores
do Transporte Especial

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE
TRANSPORTES ESPECIAL, TURISMO, FRETAMENTO, ESCOLAR E LOCADORAS DE
VEÍCULOS DO ESTADO DO AMAZONAS
Fundado em 09 de janeiro de 1993
C.N.P.J 00.408.681/0001-21

CUT BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

PARÁGRAFO QUINTO – Aos empregados com mais de 1 (um) ano de contrato de trabalho é garantido obrigatoriamente, a homologação da rescisão do contrato pelo sindicato obreiro.

PARÁGRAFO SEXTO – A homologação da rescisão do contrato de trabalho pelo sindicato obreiro será feita sem qualquer ônus para o trabalhador e para o empregador.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DA PERMANÊNCIA EM LOCAL DE ACIDENTE – O motorista é obrigado a permanecer no local do acidente, em caso de danos materiais, até o término da perícia, inclusive, procurando arrolar testemunhas, ficando-lhe assegurado o pagamento das horas extras excedentes da sua jornada normal de serviços, nos termos do *caput* da cláusula quinta. Salvo, caso de ameaça a integridade física do motorista.

PARÁGRAFO ÚNICO – Se a Empresa mandar retirar o veículo antes de ser realizada a perícia, o trabalhador ficará isento de qualquer responsabilidade ou pagamento que venha a ser-lhe cobrado.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA – DO DIA DO MOTORISTA – Fica reconhecido o dia 25 de julho como o **DIA DO MOTORISTA**.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – DA RESPONSABILIDADE PARA VISTORIA DO VEÍCULO – O motorista é responsável pelo veículo que lhe for entregue, cabendo-lhe vistoriá-lo no início, durante e no término da jornada de trabalho, ficando-lhe assegurado o direito de recusar sair da garagem com o veículo que não apresentar condições de trafegabilidade e de segurança.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA – DO ADIANTAMENTO SALARIAL – As Empresas abrangidas por essa Convenção, concederão aos seus empregados, entre os dias 15 e 20 de cada mês, adiantamento salarial de no mínimo 40% (quarenta por cento) do salário nominal, podendo o mesmo ocorrer mediante a concessão de cartão de adiantamento salarial ou cartão de benefício.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As Empresas, ao seu critério, poderão adotar o sistema de proporcionalidade do valor aos empregados que no decorrer do período faltar sem justificativa ou que tiverem sido admitidos no mês.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Deverão ser mantidas as condições mais vantajosas já existentes.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA – DA GARANTIA AS GESTANTES – Ficam garantidos emprego e salário às gestantes, desde a sua gravidez até 05 (cinco) meses após o parto, em conformidade prevista no art. 10, alínea b, dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Se rescindido o contrato de trabalho antes da confirmação da gestação, a empregada deverá, se for o caso, avisar ao empregador do seu estado gravídico,



**SINDESPCIAL
MANAUS-AM**

Sindicato dos Trabalhadores
do Transporte Especial

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE
TRANSPORTES ESPECIAL, TURISMO, FRETAMENTO, ESCOLAR E LOCADORAS DE
VEÍCULOS DO ESTADO DO AMAZONAS
Fundado em 09 de janeiro de 1995
C.N.P.J 00.108.682/0001-21

CUT BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

devendo comprová-lo dentro do prazo de cumprimento do aviso prévio ou em caso do aviso prévio ser indenizado, até o momento do recebimento da rescisão.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A garantia prevista nesta Cláusula não se aplica aos Contratos de Experiência, Contratos por Prazo Determinado, demissão por falta grave, pedido de demissão ou mútuo acordo entre empregada e empregador, sendo que neste último caso, a empregada será assistida pelo Sindicato da Categoria.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA – **DAS FÉRIAS ANUAIS** – As Empresas concederão obrigatoriamente e na forma da Lei, férias aos seus empregados, que serão remuneradas em conformidade com a Lei vigente na ocasião.

PARÁGRAFO ÚNICO – As empresas ficam obrigadas ao fazerem a integração das horas extras e DSR, como média no pagamento das férias.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA – **DO PAGAMENTO DE SALÁRIO** – Ressalvados os motivos de força maior, as Empresas abrangidas por essa Convenção efetuarão o pagamento do salário de seus empregados até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente. Os salários serão pagos no local de trabalho, durante a jornada de trabalho ou improrrogavelmente, no horário imediatamente posterior ao encerramento desta, na tesouraria da Empresa ou nas agências bancárias locais.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA – **DA COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA** – Fica convencionado que o Sindicato Obreiro dará continuidade às atividades da Comissão de Conciliação Prévia já devidamente instalada no dia 02 de junho de 2005, observando o que determina a Lei nº. 9.958, de 12 de janeiro de 2000.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As vagas cabíveis aos empregados e empregadores para composição das referidas comissões e sua forma de provimento, serão previstas no regulamento próprio firmado entre as partes convenientes.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A referida Comissão de Conciliação Prévia deverá funcionar em local apropriado, de comum acordo entre Sindicato Obreiro e Sindicato Patronal, em salas devidamente equipadas.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As empresas associadas ao Sindicato Patronal pagarão o valor de **R\$ 530,00** (quinhentos e trinta reais) por audiência designada a título de contribuição de custeio da Comissão de Conciliação Prévia, independentemente do resultado da conciliação (ocorrência de acordo, frustração, ausência das partes e outros resultados que possam ocorrer). O pagamento dar-se-á em boleto até 24 horas antes do início da audiência de conciliação, ou em espécie na respectiva secretaria até o início da audiência. Ato contínuo ressalta-se que a contribuição de custeio em voga terá natureza de título executivo extrajudicial, o qual poderá ser executado, mesmo quando houver a ausência ou recusa da empresa em efetuar o pagamento



**SINDESPCIAL
MANAUS-AM**

Sindicato dos Trabalhadores
do Transporte Especial

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE
TRANSPORTES ESPECIAL, TURISMO, FRETAMENTO, ESCOLAR E LOCADORAS DE
VEÍCULOS DO ESTADO DO AMAZONAS
Fundado em 09 de Janeiro de 1993
C.N.P.J 00.408.681/0001-21

CUT
BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

das custas, restando ao executado judicial à incumbência de arcar com custas e encargos processuais.

PARÁGRAFO QUARTO – As empresas não filiadas ao Sindicato Patronal que participarem de audiência de tentativa de conciliação na CCPI pagarão o valor de **R\$ 1.100,00** (hum mil e cem reais) por audiência designada a título de contribuição de custeio da Comissão de Conciliação Prévia, independentemente do resultado da conciliação (ocorrência de acordo, frustração, ausência das partes e outros resultados que possam ocorrer). O pagamento dar-se-á em boleto até 24 horas antes do início da audiência de conciliação, ou em espécie na respectiva secretaria até o início da audiência. Ato contínuo ressalta-se que a contribuição de custeio em voga terá natureza de título executivo extrajudicial, o qual poderá ser executado, mesmo quando houver a ausência ou recusa da empresa em efetuar o pagamento das custas, restando ao executado judicial à incumbência de arcar com custas e encargos processuais.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA – DO DIRIGENTE SINDICAL – Será facultado à Empresa a liberação do serviço ao dirigente sindical, que for convocado para reunião da Diretoria Sindical ou Assembleia Geral, do Sindicato ou da Federação, sem a perda de sua remuneração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A referida convocação prevista no *caput* desta Cláusula deverá ser apresentada à Empresa com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data do evento.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Fica garantido aos diretores executivos em atuação o livre acesso aos seus companheiros de trabalho e liberdade para exercer suas funções sindicais.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O Sindicato Patronal (Sifretam) se compromete a intervir junto às empresas para evitar que exista tratamento discriminatório ou cerceamento às ações sindical do trabalhador sindicalizado.

PARÁGRAFO QUARTO – Com o objetivo de garantir a sindicalização dos trabalhadores, as empresas colocarão à disposição do Sindicato Obreiro, local adequado para esse fim, desde que, solicitado com antecedência de 48 horas.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA – DA MENSALIDADE SINDICAL – As empresas, desde que previamente autorizada pelo empregado, descontarão de todos os seus empregados sindicalizados, mensalmente, inclusive no mês referente às férias, a título de mensalidade sindical, o percentual de 3% (três por cento) do salário-base de cada trabalhador. Tal desconto dar-se-á automaticamente em folha de pagamento, em ato contínuo, a empresa se compromete em depositar as referidas mensalidades na conta corrente do Sindicato Obreiro ou cheque nominal ao Sindicato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As empresas ficarão obrigadas a encaminhar mensalmente ao Sindicato Obreiro, no prazo de 10 (dez) dias, a relação dos funcionários que tiverem o referido desconto, na qual conste além do nome do empregado, a data de admissão, função, salário e o



**SINDESPCIAL
MANAUS-AM**

Sindicato dos Trabalhadores
do Transporte Especial

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE
TRANSPORTES ESPECIAL, TURISMO, FRETAMENTO, ESCOLAR E LOCADORAS DE
VEÍCULOS DO ESTADO DO AMAZONAS
Fundado em 05 de janeiro de 1995
CNPJ nº 00.408.881/0001-11

CUT BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

valor da contribuição descontada, para o e-mail: sindicato.especial.amazonas@gmail.com, ou ainda direto na sede do sindicato obreiro.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A falta de recolhimento, ao Sindicato Obreiro, da mensalidade sindical descontadas dos trabalhadores, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente, implicará em multas já previstas por esta C.C.T.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O direito de recusa quanto ao desconto de que trata o parágrafo anterior poderá ser exercido a qualquer tempo, desde que formalizado de forma manuscrita nos 10 (dez) primeiros dias corridos do mês, em três vias (uma para o sindicato laboral, outra para o empregador e outra para o funcionário), devidamente assinada pelo empregado (com firma reconhecida em cartório), a ser protocolada na sede da entidade sindical laboral, ficando ressalvado àqueles que optarem pelo não pagamento sua exclusão dos benefícios conquistados pelo sindicato obreiro e serviços prestados pelo mesmo.

PARÁGRAFO QUARTO – Fica ciente as empresas que efetuarem os descontos mensais previstos no *caput* da cláusula trigésima oitava, e que não depositarem o respectivo valor na conta corrente do Sindicato Obreiro ou não efetuarem o pagamento em cheque nominal ao Sindicato, poderão ter o nome incluído no cadastro de inadimplente junto aos órgãos de proteção de crédito (SPC, Serasa e afins).

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA – DA IDADE PARA CONTRATAÇÃO – No período de vigência da presente CCT, não haverá limite máximo de idade para admissão de trabalhadores nas empresas abrangidas.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA – DO EMPRÉSTIMO CONSIGNADO – As empresas, facultativamente, poderão firmar convênios com bancos para obterem empréstimo consignado em favor dos empregados, com a participação do Sindicato Obreiro, nos termos da Lei nº. 10.820/2003.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA – DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL. Visando o conhecimento técnico profissional de seus funcionários e de prevenção de acidentes, as empresas adotarão horários para aplicações de cursos profissionalizantes de acordo com suas necessidades operacionais, gratuitamente.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DO EMPREGADO EM VIAS DE APOSENTAR-SE – O empregado com mais de 08 (oito) anos na empresa e que possua menos de 02 anos para aposentar-se, terá garantia de emprego e salário até a efetivação da aposentadoria, desde que requerida e devidamente comprovada por documento emitido por órgão oficial, exceto se a dispensa se der por justa causa.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA – DAS CIPAS – A constituição da CIPA obedecerá a determinantes da legislação vigente, especialmente o art. 163 da CLT, bem como a Portaria nº. 3214/78 e a NR 5, os quais tratam sobre segurança e medicina do trabalho. As empresas

Rua Leopoldo Carpinheiro Pêres, nº83-B. Petrópolis - Manaus - Amazonas.

Fone: 3233 - 0957 ou 3633 - 2373 CEP: 69063-510

E-mail: sindicato.especial@gmail.com



**SINDESPCIAL
MANAUS-AM**

Sindicato dos Trabalhadores
do Transporte Especial

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE
TRANSPORTES ESPECIAL, TURISMO, FREIAMENTO, ESCOLAR E LOCADORAS DE
VEÍCULOS DO ESTADO DO AMAZONAS
Fundado em 09 de janeiro de 1995
CNPJ 00.408.881/0001-21

CUT BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

comunicarão ao Sindicato dos empregados com antecedência de 30 (trinta) dias sobre a data da eleição da CIPA, bem como as empresas fornecerão comprovante de inscrição ao empregado candidato representante dos empregados, assegurando ao sindicato laboral o acompanhamento da eleição, sob pena e nulidade de todo o processo.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA – DA COMPENSAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO

– Faculta-se às empresas a adoção do sistema de compensação de jornada conforme escala de compensação dos empregados da empresa contratante, e conforme previsto no artigo 59, parágrafo 2º e 3º, da CLT, combinado com o artigo 7º, inciso XIII, da Constituição Federal, autorizando-se que o excesso das horas trabalhadas em um dia seja compensado com a correspondente diminuição em outro dia, desde que, não sejam excedidos os limites legais e/ou normativamente assegurados para a categoria, mediante A.C.T. com o Sindicato Obreiro, seguindo os seguintes critérios:

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Compreende-se como excesso das horas trabalhadas, aquelas praticadas além da jornada normal prevista na cláusula quinta desta convenção.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Nos cálculos de compensação, cada hora trabalhada em prorrogação da jornada de trabalho será computada como 1:00 (uma) hora de liberação.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A compensação da jornada excedente poderá ser realizada dentro do prazo de 90 (noventa) dias. Uma vez efetuada a compensação, a empresa fica dispensada de pagar o acréscimo previsto de 50% (cinquenta por cento) ou 100% (cem por cento).

PARÁGRAFO QUARTO – Na hipótese do empregado for demitido ou pedir demissão, será contabilizado o total de horas trabalhadas e compensadas. Os créditos, a favor do empregado, das horas não compensadas, serão computadas e pagas em rescisão com o adicional de horas extras previsto nesta convenção.

PARÁGRAFO QUINTO – A realização de horas extras apenas será permitida quando devidamente aprovada a sua realização pelo superior imediato, ainda que ratificada posteriormente a sua ocorrência.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA – DO PLANO DE SAÚDE – As empresas ficam responsáveis em fornecer aos seus trabalhadores, abrangidos por esta convenção, plano de saúde. Sendo facultado às empresas efetuarem o desconto de no máximo R\$ 1,00 (um real) do funcionário.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Fica facultado ao trabalhador incluir até 2 (dois) dependentes no plano de saúde oferecido pela empresa, sendo a totalidade do custo da mensalidade referente ao dependente de responsabilidade exclusiva do empregado. O valor correspondente será descontado diretamente em folha de pagamento.



**SINDESPCIAL
MANAUS-AM**

Sindicato dos Trabalhadores
do Transporte Especial

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE
TRANSPORTES ESPECIAL, TURISMO, FRETAMENTO ESCOLAR E LOCADORAS DE
VEÍCULOS DO ESTADO DO AMAZONAS
Fundado em 05 de janeiro de 1995
CNPJ nº 00.408.661/0001-21

CUT BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

PARÁGRAFO SEGUNDO – As empresas se comprometem enviar ao sindicato obreiro, até o dia 10 (dez) de cada mês, a listagem com nome, função e matrícula dos funcionários beneficiados do plano de saúde, juntamente com as cópias das guias de recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social (GFIP) ou documentação equivalente da empresa referente ao mês anterior.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Caso a empresa não apresente os documentos no prazo estabelecido no parágrafo anterior, o sindicato obreiro notificará por escrito, por meio de AR (aviso de recebimento) ou ofício, o empregador para que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da referida notificação, apresente a documentação retro mencionada. A notificação enviada pelo sindicato obreiro deverá conter, pelo menos, as seguintes indicações:

- a) Número do ofício;
- b) A indicação expressa da documentação que não foi enviada;
- c) O aviso expresso: “a não apresentação no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação, haverá a incidência de multa, no valor de 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo por empregado prejudicado.”.

PARÁGRAFO QUARTO – A falta de apresentação da documentação no prazo estabelecido, no parágrafo terceiro, ou ainda o descumprimento pelo empregador da obrigação descrita no *caput* da cláusula quadragésima quinta, acarretará em multa no valor de 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo por empregado prejudicado, em favor do sindicato obreiro.

PARÁGRAFO QUINTO – Uma vez imposta multa prevista no parágrafo quarto da cláusula quadragésima quinta, fica vedada aplicação concomitante da penalidade contida na cláusula vigésima quinta.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA – AUXÍLIO SAÚDE para a prestação de serviços de exames laboratoriais, odontológicos e outros, oferecidos pelo sindicato obreiro para os associados – Fica o empregador obrigado a pagar ao sindicato obreiro o valor mensal de **R\$ 2.000,00 (dois mil e trinta reais)** a partir do dia 10 (dez) de cada mês, a título de auxílio de custos com prestação de serviços de exames laboratoriais oferecidos pelo sindicato obreiro, e, quando houver o pagamento antes do dia 10 (dez) de cada mês, o valor será reduzido em **50% (cinquenta por cento)**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Além do pagamento previsto no *caput* da presente cláusula, o empregador compromete-se a recolher ao sindicato profissional a importância mensal de **R\$ 15,00 (quinze reais) por trabalhador contratado**. O referido valor deverá ser pago no mesmo dia do repasse do auxílio mencionado no *caput*.



**SINDESPCIAL
MANAUS-AM**

Sindicato dos Trabalhadores
do Transporte Especial

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE
TRANSPORTES ESPECIAL TURISMO, FRETAMENTO ESCOLAR E LOCADORAS DE
VEÍCULOS DO ESTADO DO AMAZONAS
Fundado em 06 de Janeiro de 1995
CNPJ 00.408.881/0001-21

CUT BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

PARÁGRAFO SEGUNDO – Ficam cientes as empresas que deixarem de efetuar o pagamento do valor mensal previsto no *caput* da cláusula quadragésima sexta, poderão ter o nome incluído no cadastro de inadimplentes junto aos órgãos de proteção de crédito (SPC, Serasa e afins).

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os proprietários de veículos (ônibus) agregados (MEI, LTDA, INDIVIDUAL ou EIRELI), independentemente do enquadramento societário, estão obrigados, por meio da presente convenção coletiva, a pagar o valor AUXÍLIO SAÚDE, conforme determinado pelo *caput* da presente cláusula. Cabendo as empresas responsáveis no litisconsorte solidário a realizarem o recolhimento e o repasse dos valores mensais ao sindicato.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA – DO CAMPEONATO DE FUTEBOL – As empresas se comprometem a custear até 2 (duas) vezes por ano a inscrição de um time de cada empresa que participar do campeonato de futebol promovido pelo sindicato obreiro.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA – Fica proibido o motorista conduzir o veículo em via pública sem saída e que lhe obrigue a dirigir em marcha ré. É vedado também ao motorista trafegar em marcha ré em desacordo com as normas de trânsito.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA – Fica facultado às empresas submeterem o empregado ao teste ou programa de controle de uso de drogas e de bebida alcoólica, inclusive bafômetro ou exames toxicológicos, cuja recusa do funcionário será considerada infração disciplinar, passível de penalização nos termos da lei.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA – O motorista que por qualquer motivo estiver com a sua CNH vencida, e/ou apreendida, e/ou suspensa, terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para providenciar a liberação de sua CNH, sob pena de rescisão contratual, tendo em vista a impossibilidade de exercício da atividade para qual foi contratado.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA – Fica estabelecido que o Sindicato Obreiro deverá obrigatoriamente ser convidado a participar de toda e qualquer negociação de Acordo Individual e Coletivo de Trabalho. Esses instrumentos terão validade somente se houver a anuência expressa do Sindicato dos Empregados.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA – Fica proibido o manuseio de dispositivos eletrônicos com sistemas/aplicativos de navegação de mapas por GPS, monitoramento, rastreamento e telemetria de rotas/viagens, operados pelos motoristas com o veículo em movimento durante o percurso das rotas/viagens. Em conformidade com as normas de trânsito.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA – A empresa abrangida por esta convenção que prestar serviço de transporte de fretamento escolar, se compromete a firmar ACT (ACORDO COLETIVO DE TRABALHO) com o sindicato obreiro, devido a peculiaridade do serviço que não se confunde com serviço de transporte de passageiros em regime de fretamento especial do Distrito Industrial.



**SINDESPESPECIAL
MANAUS-AM**

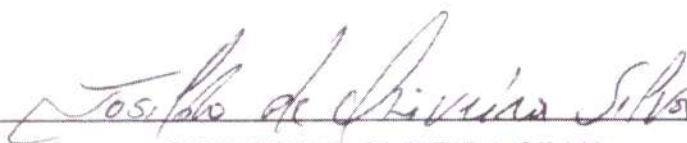
Sindicato dos Trabalhadores
do Transporte Especial

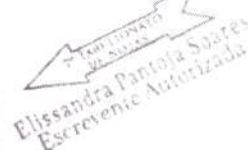
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE
TRANSPORTES ESPECIAL, TURISMO, FRETAMENTO, ESCOLAR E LOCADORAS DE
VEÍCULOS DO ESTADO DO AMAZONAS
Fundado em 09 de janeiro de 1995
CNPJ nº 00.408.681/0001-21

CUT BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

E, por estarem assim, justos e acordados, Sindicato da Categoria Profissional e Sindicato Patronal, na forma que dispõe o art. 611 e 613 da Consolidação das Leis do Trabalho (C.L.T.), firmam a presente Convenção Coletiva de Trabalho, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas, para que produza seus efeitos legais, após o devido registro e arquivamento de uma delas, na Secção de Assuntos Sindicais, da Superintendência Regional do Ministério do Trabalho no Amazonas, sendo certo que para fins que preceitua o art. 625 da C.L.T., as controvérsias resultantes da aplicação das Cláusulas desta Convenção, serão dirimidas perante a Justiça do Trabalho.

Manaus (AM), 26 de agosto de 2025.


JOSILDO DE OLIVEIRA SILVA


Elissandra Pantoja Soares
Escritoriente Autorizada

Presidente do Sindicato dos Trab. em Emp. de Transp. Especial, Turismo,
Fretamento, Locadoras e Carro de Valores intermunicipal de Manaus.


DEMILÇO VALDEMAR VIVIAN

Presidente do SIFRETAM – Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros por
Fretamento,

Turismo, Rodoviários Intermunicipal, Interestadual e Internacional do Estado do Amazonas.

7º TABELEJADO DE ATOES DE MANAUS
PANTOJA FIORETTI

Al. Gabriel Costa Padua 15 - Parque Una de Novembro
PABX (91) 3611 3612 - www.pantofioretti.com.br

RECONHEÇO por SEMELHANÇA a firma de JOSILDO DE
OLIVEIRA SILVA
em 16 de Setembro de 2025 - Emissão por
ELISSANDRA PANTOJA SOARES - ESCRIVENTE SELO
ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO - PJAM
REC-FIR000461VJE16SO2E26UH438 - 2025/08/26
15:23:57 - R\$ 17,34 - Valido em
data@portalsetam.com.br



Elissandra Pantoja Soares
Escritoriente Autorizada



Joyce Anne da Costa França
Escritoriente Autorizada

RECONHEÇO por SEMELHANÇA a firma de
DEMILÇO VALDEMAR VIVIAN e do SIFRETAM - Manaus,
7/08/2025 - 09:28:23 - JOYCE ANNE DA COSTA
FRANÇA ESCRIVENTE - SELO - TJAM
REC-FIR004607J9AD8FMQ3JF63U16 - Consulte em
data@portalsetam.com.br - E-mail: R\$17,34

